

Jornal das Comunicações

Edição Nº.8/19, 26 Setembro 2019



SINDICATO DAS
COMUNICAÇÕES
DE PORTUGAL



UNIÃO DOS SINDICATOS
INDEPENDENTES

CONTRATAÇÃO COLECTIVA = NEGOCIAÇÕES SALARIAIS 2019 | RELAÇÕES LABORAIS

**PELA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL + AUMENTOS SALARIAIS
+ DEFESA DO CAPITAL MAIS PRECIOSO, OS TRABALHADORES**



CTT | AE 2019

**CONCILIAÇÃO NO MINISTÉRIO
DO TRABALHO (DGERT) • P.03**



ALTICE/MEO

**INÍCIO DA REVISÃO
DO ACT 2019 • P.04**



RTP

**RETOMADAS REUNIÕES
BIMENSAIS COM AS ERCT • P.04**



Notícias



USI RECEBIDA NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**AS PREOCUPAÇÕES PELO ACTUAL
MOMENTO LABORAL E SINDICAL
SENTIDO PELOS TRABALHADORES
PORTUGUESES
E PELAS ASSOCIAÇÕES
SINDICAIS • P.02**

OPINIÃO



O SINDICALISMO DEVE SER “CORPORATIVO” OU VERTICAL? (II)

**Victor Martins | Sócio n.º 3 |
Presidente da Direcção
Nacional do SICOMP |
Membro do Conselho
Coordenador da USI**

P.02 e 03

30
SICOMP
1989 - 2019

**ANOS AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES
COM AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA**

NOTÍCIAS | USI - UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES

Uma delegação da USI, que integrava os Presidentes do Conselho Directivo, da Mesa da Assembleia Geral e da Comissão Executiva, foi no passado dia 12 de Setembro, recebida em audiência no Palácio de Belém, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, PROFESSOR DOUTOR Marcelo Rebelo de Sousa.

Além da apresentação de cumprimentos e da entrega do emblema de prata da USI, houve a oportunidade de manifestarmos as nossas preocupações pelo actual momento laboral e sindical sentido pelos trabalhadores portugueses e pelas Associações Sindicais.

Os temas abordados prenderam-se com:

- ▣ a precaridade laboral, pela instabilidade e insegurança que motiva dada a duração e qualidade do vínculo contratual;
- ▣ o uso e abuso ao recurso do trabalho temporário;
- ▣ os baixos salários auferidos pelos trabalhadores portugueses que chegam ou voltam a entrar no mercado de trabalho;
- ▣ a urgência de uma distribuição da riqueza gerada pelas empresas de uma forma mais equitativa;
- ▣ a necessidade de uma maior e mais eficaz atuação inspectiva por parte das Autoridade para as Condições de Trabalho e Autoridade Tributária;
- ▣ a necessidade do reforço da contratação colectiva, de que se verificam tentativas da sua descaracterização e menorização;
- ▣ a não compreensão pelo papel duplo do Estado, que ora actua como regulador/legislador, ora assume o papel de empregador para os seus trabalhadores, criando discriminações negativas, entre os sectores público e privado;
- ▣ a composição do Conselho Económico e Social e da sua Comissão Permanente de Concertação Social, por já não reflectir a realidade do movimento sindical actual;
- ▣ a obstaculização que tem sido criada em sede da Assembleia da República por parte dos partidos políticos que tendencialmente apoiam as Centrais Sindicais já com assento no CES e na CPCS.



OPINIÃO | O SINDICALISMO DEVE SER “CORPORATIVO” OU VERTICAL? (II)

Apesar da liberdade sindical conquistada em 25 de Abril de 1974 e consolidada em 25 de Novembro de 1975, justifica-se que em 2019 existam mais de 300 sindicatos em Portugal?

No Jornal das Comunicações n.º 7/19 de 26 de Julho fiz um artigo com o título: **O SINDICALISMO DEVE SER “CORPORATIVO OU VERTICAL”** abordando a questão da organização sindical em Portugal.

Nestes tempos do início do século XXI as questões de **ética, de rigor, de serviço às comunidades**, etc... são complicados e difíceis de definir dado que o **egoísmo/egocentrismo, o carreirismo, o protagonismo show-off**, etc do lema: **Ao Abreu dá cá o meu!** (peça televisiva do saudoso Badaró) dos anos 80/90 do século passado, estão na ordem do dia, dado que a começar pela **classe política**, que havia de dar o exemplo do **serviço à comunidade**, muita gente tem como lema de vida : **o que é que ganho com isto?** abandonando valores como a **solidariedade, a ética o serviço verdadeiramente público**, etc...

Também infelizmente, o Sindicalismo que mobilizou muitos trabalhadores, no pós “**25 de Abril**”, tendo como exemplo as grandes lutas, aprovadas em **Plenários** massivos, como nos ex-TLP, em **1975/76**, passou a ser uma actividade “**profissional**” **carreirista**, a maioria com carácter partidário, sendo **completamente abandonados** os valores de verdadeiro serviço ao colectivo das comunidades laborais, **em especial a Contratação Colectiva** que deve ter um **caracter igualitário**.

(Continua na página seguinte)

**CTT****AE 2019 – Revisão Salarial
CONCILIAÇÃO ACABOU SEM ACORDO**

Terminou no passado dia 20 de Setembro o processo de conciliação a decorrer na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sem que tenha sido possível as partes chegarem a acordo.

Recorde-se que os negociadores dos CTT deram por encerradas as negociações e abandonaram a mesa negocial em 24 de Julho, na véspera da apresentação dos resultados semestrais da Empresa, e anunciaram oficialmente a aplicação por acto de gestão de acréscimos salariais com base na sua última posição em sede de negociações.

Na mesa de negociações todos os Sindicatos recusaram, por insuficiente, a contraproposta da Empresa, que se mostrou na altura inflexível na resposta a ser dada pelas Associações Sindicais, isto é, ou se pronunciavam já, ou não havia mais tempo para possíveis decisões.

Estranhamente, ou talvez não, passados mais de quinze dias vieram a aceitar um pedido de um Sindicato para assinar o acordo com base nos valores últimos apresentados pelos CTT.

Já decorriam os pedidos de conciliação na DGERT, processo em que participaram os outros 10 (dez) sindicatos.

O sindicato que havia de assinar, a seu pedido, o acordo, o SINCOR, chegou mesmo a ser convidado oficialmente para o processo de conciliação por à data da convocatória ainda nada ter subscrito.

Em sede de conciliação os representantes da Empresa mostraram-se intransigentes na não alteração dos valores contrapropostos em 24 de Julho.

Numa atitude de boa-fé negocial os sindicatos reformularam numa proposta conjunta os valores dos acréscimos salariais, ao que os CTT nada de novo responderam.

Os CTT com as suas posições calculistas, mostraram um total desprezo pela boa-fé negocial, querendo descaracterizar o instrumento da contratação colectiva, minorando os seus efeitos.

Os Sindicatos reuniram ontem 25 de Setembro, tendo em vista acções futuras, de que será imitado comunicado conjunto.

OPINIÃO | O SINDICALISMO DEVE SER “CORPORATIVO” OU VERTICAL? (II)

(Continuação da página anterior)

A estrutura sindical em Portugal, manteve os princípios do **sindicalismo corporativo**, criado em 1933, pelo Estado Novo de Salazar - quando este ditador de Portugal, manhoso como era, **serviu-se desse sindicalismo**, com os seus mensageiros da **União Nacional**, infiltrados nos Sindicatos, muitas vezes em conluio com Dirigentes Sindicais que se diziam do “contra”.

Por isso a actual **estrutura sindical portuguesa** tem de passar por uma **reformulação da sua organização**, nomeadamente na aposta em **sindicatos verticais de sector de actividade** ou outro tipo de organização **mais ágil e interveniente**, abandonando em especial as **Federações Regionais e de Sector**, criadas no Estado Novo e que foram ocupadas após o 25 de Abril, para servir de “emprego” a **centenas de activistas político/partidários**, na sua maioria de “esquerda”

PELO SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE



REVISÃO DO ACT 2019

Começaram as negociações

No passado dia 16 de Setembro foi entregue às Associações Sindicais a **contraproposta da Empresa**, respondendo assim às propostas há muito entregues pelos Sindicatos.

Recorde-se aqui que o SICOMP foi o primeiro Sindicato a confrontar a empresa com uma proposta, entregue em 12 de Fevereiro, para aumentos salariais em 2019.

Ontem, 25 de Setembro, teve lugar a 2ª reunião de negociações, que serão, em princípio, às 4ª feiras, das 16 às 18 horas.

O SICOMP manifestou a posição a ter nesta mesa negocial, que se traduz na boa-fé negocial, na procura de resultados que se venham a traduzir em melhorias nos valores remuneratórios a auferir por todos os trabalhadores, e em alterações positivas nas condições da prestação de trabalho.

O SICOMP confrontou as representantes da Empresa com as declarações sucessivas prestadas publicamente pelo CEO da ALTICE Portugal, Engº. Alexandre Fonseca, que sempre vem manifestando regozijo pelos cada vez melhores resultados financeiros do Grupo, tanto em acréscimos constantes do valor das receitas, como na inversão, para variações positivas, do lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, indicador designado por EBITDA, ou na terminologia portuguesa por LAJIDA.

O SICOMP não pode aceitar que com uma tal evolução sustentável de crescimento, os trabalhadores não vejam os seus salários aumentados, depois de tanto e tanto terem contribuído, com o seu empenho, dedicação, e esforço para que fosse possível inverter o que vinha a acontecer de resultados financeiros negativos entre 2011 e 2017.

A contraproposta da Empresa não prevê qualquer aumento nos vencimentos dos trabalhadores. É insustentável.

De positivo a contraproposta da Empresa contempla algumas, poucas, introduções de medidas dentro do espírito de conciliação da vida profissional, com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores.

O SICOMP produziu uma declaração no início da reunião de ontem, que pode ser consultada na íntegra na nossa página da internet. - www.sicomp.com.pt

O SICOMP estará atento à evolução deste processo negocial na melhor defesa dos direitos e interesses dos seus associados e dos trabalhadores em geral.

POR AUMENTOS SALARIAIS JUSTOS.

PELA REPOSIÇÃO DOS 25 DIAS ÚTEIS DE FÉRIAS, EXISTENTES ANTES DA “TROIKA”.

PELA APLICAÇÃO DO ACT A TODAS AS EMPRESAS DO GRUPO ALTICE PORTUGAL.

PELA MANUTENÇÃO E ALARGAMENTO DOS BENEFÍCIOS DE COMUNICAÇÕES



CA REÚNE COM SINDICATOS | Realizou-se no passado dia 17 de Setembro uma reunião convocada pela ADM da RTP, referenciada como bimensal, mas que já não se realizava há largos meses.

Nesta reunião participou todo o CA e a DRH da Empresa, e da parte sindical o SICOMP, o SMAV e a FE, tendo as restantes organizações sindicais não comparecido deliberadamente.

Foram tratados vários assuntos de que destacamos: a situação dos precários, a manutenção do recurso ao outsourcing, os reenquadramentos, processo de avaliação de desempenho, formação, inquérito de satisfação dos serviços de refeitórios, constituição e funcionamento da Comissão Paritária.

REVISÃO DE CARREIRAS | Tratado foi também o tema da revisão de carreiras, já iniciado em tempos e, entretanto, abandonado. O processo vai ser retomado com base nos trabalhos já anteriormente produzidos. Ficou agendada reunião específica para dar continuidade e produção final de resultados para o dia 17 de Outubro, pelas 15 horas.